



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2011
(Do Sr. Romero Rodrigues)

**Altera a redação do art.
405 da Lei n.º 10.406, de 10 de
janeiro de 2002 – Código Civil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º. Esta lei altera a redação do art. 405 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, a fim de estabelecer o termo inicial dos juros de mora em ações de indenização de qualquer natureza.

Art. 2.º. O art. 405 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 405.....

Parágrafo único. Mesmo que a indenização judicial somente atinja valor determinado na sentença, os juros de mora são devidos desde a data de propositura da ação.” (NR)

Art. 3.º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Inegavelmente o Poder Judiciário brasileiro não consegue agilidade suficiente para dar rápido



CÂMARA DOS DEPUTADOS

atendimento às demandas que lhe são submetidas. Há, comumente, grande demora entre a exposição da lesão de um direito perante o Judiciário e a obtenção de sua reparação.

No caso das indenizações por perdas e danos, sejam materiais ou morais, é frequente que decorram até mesmo décadas antes que haja uma simples decisão de primeiro grau, que dirá uma decisão definitiva.

Diante de tal realidade, soa muito injusto o entendimento que o Superior Tribunal de Justiça vem dando ao tema dos juros de mora na indenização por dano moral. Em recente decisão, que ora orienta a jurisprudência daquela Corte, ficou estabelecido que os juros de mora não fluem desde a propositura da ação, mas tão somente a partir da sentença que fixou o *quantum* da indenização.

Embora tal argumento possa parecer doutrinariamente lógico, por certo é extremamente injusto: se a parte teve seu direito à indenização reconhecido na sentença, por certo já o tinha desde a propositura da ação, razão pela qual é preciso que a lei seja expressa ao determinar que a fluência dos juros de mora mesmo quando a indenização for obtida em sentença, deverá ter termo inicial na data do ajuizamento da ação.

Para tanto, oferecemos este Projeto de Lei, que estipula, expressamente, que juros de mora são devidos desde a data de propositura da ação. Tal medida servirá de meio de realização de justiça social e não dará aos que causaram danos a proteção indevida de uma legalidade discutível.

Por todo o exposto, conclamamos nossos Nobres Pares a votarem a favor deste Projeto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala das Sessões, em de dezembro de 2011

Deputado **ROMERO RODRIGUES**
PSDB/PB